

EDITORIAL

Após quase dois anos de litígio para garantir a implementação da política câmeras corporais nas fardas de policiais no Estado de São Paulo, foi firmado um acordo, no âmbito da Suspensão de Liminar n. 1696 que assegura avanços em termos de transparência e ampliação da política de câmeras corporais no Estado de São Paulo. A Conectas Direitos Humanos e a Plataforma Justa também participaram como observadoras das audiências de conciliação. Nestas audiências também foram definidos fluxos e indicadores de avaliação e mecanismos de monitoramento da política, com participação ativa da Defensoria Pública de São Paulo. O Núcleo Especializado continuará a acompanhar a política de câmeras corporais e fiscalizar o cumprimento integral do acordo e, conforme determinado na decisão de homologação, em caso de controvérsias que não possam ser solucionadas por meio de autocomposição, o juízo de origem terá competência para dirimir controvérsias, podendo remeter a questão à Presidência do Supremo Tribunal Federal, que permanecerá exercendo jurisdição para essa finalidade. [Você pode acessar mais informações sobre o acordo no Boletim dos meses de abril a junho de 2025.](#)

Diante das sucessivas denúncias de violência policial na Favela do Moinho, os Núcleos Especializados de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) e de Habitação e Urbanismo (NEAHURB) realizaram atendimento in loco em diversas oportunidades.

Por sua vez, NUPIR, NEAHURB e NCDH foram provocados a atuar para garantir os direitos dos/as vendedores/as ambulantes da região central de São Paulo. Foram produzidos relatórios e realizado atendimento itinerante no local, inclusive com acompanhamento do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Em relação as políticas de memória e justiça, em 02 de outubro de 2025, foi realizado o evento Território-Memória Carandiru: construindo alianças para reparações históricas", organizado pelo Instituto IREC e a organização Memórias Carandiru, com apoio da EDEPE, NESC, NCDH, NUPIR, MDHC, FGV/Direito e Unifesp, entre outras instituições. O NECDH também enviou um informe para o Relator Especial sobre Verdade, Justiça e Reparação das Nações Unidas com o objetivo de alertar sobre a ausência, a negação e o esvaziamento de políticas de memorização sobre as graves violações de direitos humanos perpetradas na Casa de Detenção São Paulo.

Na temática do combate à tortura, em 10 de abril de 2025, a Justiça Federal determinou, em decisão proferida no dia 10 de abril de 2025, que o Estado de São Paulo apresente, no prazo de 180 dias, um plano de trabalho para criar e implementar o Comitê (CEPCT) e o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (MEPCT). A decisão foi tomada pela 8ª Vara Cível Federal de São Paulo, após Ação Civil Pública (ACP) proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) e pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE/SP), por meio dos núcleos especializados de Situação Carcerária, Direitos Humanos e Cidadania e Infância e Juventude, em face da União e do Estado de São Paulo.

A Política Rede Apoia completou um ano em agosto de 2025. Trata-se de atendimento especializado e multidisciplinar prestado pela Defensoria Pública para familiares de vítimas de violência letal praticadas por agentes da força de segurança do Estado. Conforme comunicado encaminhado à carreira, em seu primeiro ano a política acompanhou familiares de 94 vítimas de violência letal praticada pelo Estado. O perfil das vítimas da letalidade policial assistidas pela Defensoria Pública de São Paulo é semelhante ao observado nos casos de violência institucional no Brasil: homens (100%),

EDITORIAL

majoritariamente negros (68% pretos e pardos), com idade média de 22,2 anos. Destaca-se que 21% das vítimas eram crianças e adolescentes e 66% eram jovens, ou seja, estavam na faixa etária de 18 a 29 anos. Esse perfil é destoante da população média do Estado de São Paulo, o qual conta com 41% de pessoas negras segundo IBGE, indicando um uso seletivo da força policial.

Em relação a proteção dos direitos da população em situação de rua, o núcleo organizou uma série de atendimentos itinerantes em praças públicas e equipamentos da assistência social. Destaca-se a participação no POP RUA JUD SAMPA em maio de 2025, assim como do II Festival POP RUA, no Parque da Luz. O evento foi organizado pelo SESC Bom Retiro e pelo Museu da Língua Portuguesa. Entre as principais demandas atendidas, destacam-se: i) regularização de documentação; ii) orientações jurídicas em processos civis, fazenda pública, família, criminal e execução criminal; iii) orientações jurídicas sobre o acesso às políticas públicas de assistências social e saúde para população em situação de rua e iv) extinções de multa penal.

Em dezembro de 2025, o NCDH propôs ação civil pública contra o município de São Paulo para garantir a continuidade do acolhimento de pessoas em situação de rua idosas e com deficiência, assim como famílias, em hotéis sociais. A liminar foi concedida pela 14ª Vara da Fazenda Pública, a qual determinou que a municipalidade se abstenha-se de encerrar as atividades, rescindir contratos de gestão ou reduzir o número de vagas de qualquer equipamento de acolhimento da rede socioassistencial (Hotéis Sociais, CAEFs, Centros de Acolhida e afins), mantendo a continuidade do atendimento, garantindo a participação das pessoas atendidas no plano de realocação que deverá ser apresentado juntamente o estudo técnico que subsidiou a decisão de fechamento dos equipamentos mencionados, indicando o destino exato de cada núcleo familiar ou indivíduo.

A coordenação também participou de uma série de eventos sobre a temática dos direitos da população em situação de rua, a exemplo do Workshop ESUDPE, Defensoria Pública do Amapá, sobre atendimento humanizado e atuação jurídica eficaz para inclusão de pessoas em situação de Rua e do Fofo - Formação de Formadores Pop Rua" Da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

Sobre a exclusão e discriminação das pessoas em situação de rua usuárias de substâncias, em 13 de junho de 2025, a 7ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo concedeu liminar para determinar que o município de São Paulo preserve as imagens captadas por todas as câmeras de vigilância urbana localizadas no entorno da Cracolândia no período entre os dias 1º e 14 de maio de 2025. A ação proposta pela Promotoria de Justiça da Saúde da Capital, em parceria com o NCDH e NEIJ, buscava esclarecer o desaparecimento repentino de pessoas usuária de drogas que frequentam o território estigmatizado da Cracolândia.

Em relação a temática socioambiental, os colaboradores do NCDH, Thalita Verônica e Paulo Alvarenga, participaram de audiência pública na Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre a Redução de metano e catadores de materiais recicláveis. Em parceria com o NUIP, foram realizadas oficinas com comunidades quilombolas e caiçaras do Vale do Ribeira sobre o uso da legislação ambiental para criminalizar o modo de vida tradicional e o uso dos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos como estratégia de resistência. Veja no link:



EDITORIAL

Por fim, o ano de 2025 foi marcado por uma série de discussões sobre os impactos do uso de novas tecnologias, dentre as quais, o reconhecimento facial, nos direitos à privacidade, liberdade de expressão e manifestação. O NCDH encaminhou ofício à Prefeitura de São Paulo alertando sobre os riscos do uso da tecnologia de reconhecimento facial para controle de multidões em eventos culturais, como o Carnaval. Além disso, continuamos a acompanhar ações civis públicas propostas pelos núcleos especializados na temática, seja em relação ao SMART Sampa ou ao Metro de São Paulo. Em dezembro de 2025, o núcleo realizou dois eventos que contaram com a participação da participação de Gina Romero, Relatora Especial das Nações Unidas sobre os Direitos à Liberdade de Reunião Pacífica e de Associação, que trouxe uma perspectiva internacional acerca dos riscos do uso indiscriminado de tecnologias de vigilância

VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

28/12/2025 - NEIJ, NCDH e CONECTAS DIREITOS HUMANOS ENCAMINHAM DENÚNCIA À CIDH SOBRE MORTES E ABUSOS NAS OPERAÇÕES ESCUDO E VERÃO NA BAIXADA SANTISTA

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo, por meio do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) e do Núcleo Especializado da Infância e Juventude (NEIJ), em conjunto com a organização a Conectas Direitos Humanos, apresentaram denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA), apontando graves violações de direitos humanos ocorridas durante as Operações Escudo (2023) e Verão (2024), realizadas pela SSP na Baixada Santista. Trata-se de mais uma iniciativa dos familiares na busca por justiça, memória e reparação. A petição é direcionada contra o Estado brasileiro representa 70 familiares de 26 vítimas fatais e 2 vítimas sobreviventes, assim como traz relatos dos familiares e documentos e registros relacionados às ações policiais.

A denuncia aponta que as operações foram marcadas pela letalidade policial elevada, uso abusivo da força e falhas na apuração das ocorrências, incluindo mortes registradas como “confrontos”, invasões de domicílio, revistas generalizadas e intimidações, com impacto direto sobre moradores/as de áreas periféricas e famílias que perderam parentes nas ações policiais. A denúncia sustenta ainda que o Estado brasileiro falha em reduzir mortes decorrentes de intervenções policiais, apontando a para o descumprimento das recomendações trazidas no caso Honorato e outros vs. Brasil. Matérias sobre a denúncia podem ser acessadas nos seguintes sites: [Conectas Direitos Humanos](#) ; [Agência Brasil](#); [Alma Preta](#) e [G1](#) .

VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

02/10/2025 - VIOLÊNCIA ESTATAL NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA: Reflexões, Proposições e os Impactos na Atuação das Defensorias Públicas.

Na Defensoria Pública do Amapá realizou, no dia 2 de outubro de 2025, o Seminário “Violência Estatal no Contexto da Segurança Pública: reflexões, proposições e impactos na atuação das Defensorias Públicas”. O evento ocorreu na sede da instituição, localizada na Av. Eliezer Levy, 1157, Centro – Macapá, com o objetivo de promover um espaço de debate sobre o papel das Defensorias Públicas na defesa dos direitos humanos e no enfrentamento da violência policial.

A programação contou com dois painéis temáticos: Painel 1 – “Marcos Jurídicos e Institucionais de Resposta à Violência Policial e o Papel da Defensoria”, e Painel 2 – “O Sistema de Justiça, Sociedade Civil e a Violência Policial”.

O seminário teve como propósito fomentar reflexões e fortalecer estratégias de atuação conjunta entre o sistema de justiça e a sociedade civil no combate à violência estatal.

A Defensora Pública Fernanda Penteado Balera, representante do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, participou do evento como expositora no primeiro painel, abordando os marcos jurídicos e institucionais de resposta à violência policial e o papel da Defensoria Pública.



VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

02/10/2025 - TERRITÓRIO-MEMÓRIA CARANDIRU: Construindo Alianças para Reparações Históricas.

Em 02 de outubro de 2025, foi realizado o evento "Território-Memória Carandiru: construindo alianças para reparações históricas", organizado pelo Instituto IREC e a organização Memórias Carandiru, com apoio da EDEPE, NESC, NCDH, NUIP, MDHC, FGV/Direito e Unifesp, entre outras instituições.

O evento é resultado das articulações realizadas pelos núcleos especializados para que o Estado cumpra com as recomendações definidas no Relatório de Mérito n. 34/2000 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos que responsabilizou o Estado brasileiro por violação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos pela ausência de políticas de reparação e responsabilização dos agentes de segurança envolvidos no Massacre do Carandiru.

As atividades ocorreram na data que completou 33 anos do Massacre do Carandiru, iniciando com o Roteiro de Memória realizado no Parque da Juventude, local que abrigou a Casa de Detenção. O roteiro é realizado pelo Projeto Memórias Carandiru, dos quais participam o sobrevivente do Massacre Mauricio Monteiro e Helen Baum. Durante as falas dos palestrantes restou evidenciado o processo de invisibilização e o apagamento da memória dos sobreviventes do Massacre do Carandiru, assim como a necessidade de pensar políticas de reparação que levem em consideração a perspectiva das pessoas egressas e privadas de liberdade. O evento contou com apresentação do Comunidade Carcerária, o qual trouxe reflexões, a partir do RAP, sobre a cultura como instrumento na luta por memória e reparação.

Hamilton Pereira da Silva, poeta, ex-presos político e hoje chefe da Assessoria Especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade do MDHC, participou do evento, substituindo a Ministra Macae Evaristo que não pode comparecer por conta de compromissos de urgência.



VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

06/10/2025 - Câmeras Corporais e Prevenção da Violência Letal na Adolescência.

No dia 6 de outubro de 2025, foi realizado na ALESP – Auditório Teotônio Vilela, a Mesa de Debates: “Câmeras Corporais e Prevenção da Violência Letal na Adolescência”. O evento reuniu especialistas e representantes da sociedade civil para discutir os impactos, desafios e perspectivas sobre o uso de câmeras corporais por agentes de segurança pública, com foco na prevenção da violência letal contra adolescentes.

A programação foi dividida em dois momentos: Mesa 1 – Perspectivas sobre a implementação, impacto e fiscalização das câmeras corporais, com a participação de Thiago Amparo (Doutor em Direito pela FGV), Alan Fernandes (Pesquisador) e a Fernanda Penteadó Balera (Defensora Pública do Estado de São Paulo e coordenadora auxiliar do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos). A Mesa 2 – Vozes das comunidades afetadas pela violência estatal, contou com a participação de Luana Oliveira (Educadora Popular – CDHEP), Wellington Komunist (Ativista do Coletivo de Esquerda Força Ativa) e Carolina Ricardo (Socióloga – Instituto Sou da Paz).

O debate é uma realização do mandato da Deputada Estadual Marina Helou, em parceria com o UNICEF e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Um debate fundamental para proteger vidas e fortalecer políticas públicas baseadas em evidências.



VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

04/10/2025 - Oficina: “Fortalecendo o controle democrático e popular das polícias”

No dia 4 de outubro de 2025, foi realizada a oficina “Fortalecendo o Controle Democrático e Popular das Polícias”, que contou com a participação da Defensora Pública Gabriela Galetti Pimenta, coordenadora auxiliar do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

O evento constituiu um importante espaço de debate e construção coletiva de propostas voltadas ao controle da atividade policial, tema de grande relevância para a garantia dos direitos das populações vulneráveis e para o fortalecimento da democracia.

O evento reuniu representantes do sistema de justiça, da sociedade civil, de movimentos sociais e de universidades, promovendo um diálogo interinstitucional e plural.

Durante a oficina, foram discutidos os principais resultados da pesquisa “Quem Controla as Polícias?”, desenvolvida em parceria com a Conectas Direitos Humanos, com o objetivo de auxiliar na criação de estratégias de atuação mais eficazes na área do controle e da responsabilização policial.



VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

09/10/2025 e 10/10/2025 - Seminário: “Inteligência Artificial e Sistema de Justiça na América Latina: Aprendizados e Caminhos para a Garantia de Direitos.”

O NCDH, representado pela Coordenadora Fernanda Balera, participou do Seminário Internacional organizado pela Ouvidoria Geral da Defensoria Pública, em parceria com a Electronic Frontier Foundation (EFF) e a EDEPE. O evento reuniu juristas, defensores públicos, especialistas em proteção de dados e representantes da sociedade civil para debater os impactos da adoção de sistemas de inteligência artificial no Judiciário da América Latina. Foram abordados temas como transparência, proteção de direitos humanos, acesso à justiça, viés algorítmico, dever de explicação das decisões automatizadas, e os desafios da governança da IA no contexto de processos judiciais.

Destacam-se os seguintes painéis: IA e Justiça com foco em direitos humanos; Dados, algoritmos e justiça: potencialidades e limites; A digitalização do Judiciário e políticas públicas; Transparência, participação e accountability no uso de IA pelo Estado e Experiências comparadas na região, e marcos regulatórios internacionais e nacionais.



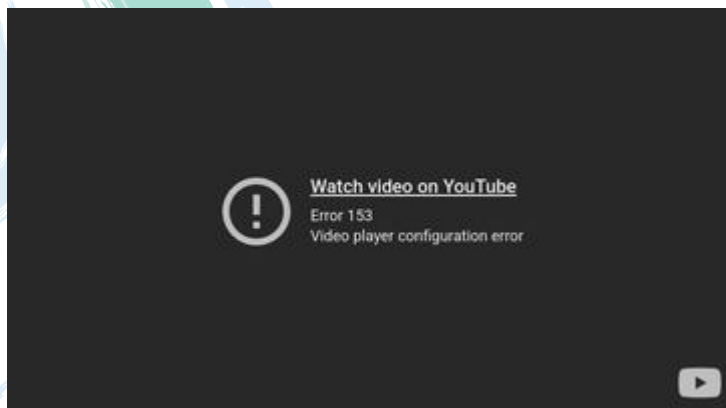
VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

10/10/2025 - Controle Externo da Atividade Policial pelo Ministério Público: Limites, Potencialidades e Disputas no Campo Penal

O Ciclo de Debates: Segurança Pública e Controle Judicial das Polícias, realizado em 10/10/2025, teve como tema central “Controle externo da atividade policial pelo Ministério Público: limites, potencialidades e disputas no campo penal”, propondo uma reflexão crítica e qualificada sobre um dos núcleos mais sensíveis do sistema de justiça criminal brasileiro.

O encontro contou com a participação de Plínio Gentil, Procurador de Justiça do Estado de São Paulo, Gabriela Pimenta, Defensora Pública do Estado de São Paulo, Roberto Almeida, representante da OAB/SP, e Bruno Giovannini, Delegado de Polícia do Estado de Minas Gerais e pesquisador da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). A partir de distintas posições institucionais e acadêmicas, os debatedores analisaram o papel constitucional do Ministério Público no controle externo da atividade policial, seus limites normativos, suas potencialidades democráticas e as disputas que atravessam o campo penal, especialmente no que concerne à responsabilização estatal e à efetivação de garantias fundamentais.

O evento foi promovido pela Coordenação de Justiça Penal e Segurança Pública do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), em parceria com o Grupo de Pesquisas em Políticas Públicas e Segurança Pública e Administração da Justiça Penal da PUCRS (GEPESC), o Grupo de Estudos em Violência, Administração de Conflitos e Segurança Pública da Universidade Federal de São Carlos (GEVAC/UFSCar) e o Comitê de Pesquisa de Sociologia da Violência da Sociedade Brasileira de Sociologia, reafirmando o compromisso dessas instituições com o fortalecimento do controle democrático das polícias e com a consolidação do Estado de Direito.



Dia a dia da Defensoria Pública

FRAUDE PROCESSUAL

DIFICULDADES NA DEFESA EM PROCESSOS DE TRÁFICO DE DROGAS, PORTE DE ARMAS, ENTRE OUTROS

DIFICULDADE NA PRODUÇÃO DE PROVAS EM CASOS DE VIOLÊNCIA POLICIAL E LETALIDADE

DESAFIO COMPLEMENTAR: POSIÇÃO JURISPRUDENCIAL UNÂNIME

VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

13/10/2025 - Lançamento Territorial do Relatório do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) sobre a Cracolândia, bem como do Balcão de Direitos do Instituto Luz e do Grupo de Estudos e Pesquisa-Ação da Craco Resiste.

No dia 13 de outubro de 2025, ocorreu o lançamento territorial do Relatório do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) sobre a Cracolândia, iniciativa que reúne diferentes órgãos públicos e entidades da sociedade civil para análise integrada da política de drogas e das ações no território. Na mesma ocasião, foram lançados o Balcão de Direitos do Instituto Luz e o Grupo de Estudos e Pesquisa-Ação da Craco Resiste, fortalecendo estratégias de garantia de direitos, participação social e produção de conhecimento sobre o cenário local. O evento contou com a participação da defensora pública Fernanda Balera e marcou um importante momento de articulação interinstitucional e comunitária, ampliando a escuta e o diálogo sobre políticas públicas voltadas às pessoas em situação de vulnerabilidade que fazem uso abusivo de substâncias.



POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

21/10/2025 - NCDH participa de diálogo sobre reparação em saúde de vítimas de violações de direitos humanos

Em 21 de outubro de 2025, a Defensora Pública Cecília Ferreira, coordenadora auxiliar do NCDH, participou do evento “Diálogo sobre a reparação relativa ao tratamento médico e psicológico e/ou psiquiátrico ordenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e iniciativas para a sua implementação”, realizado no Instituto Rio Branco, em Brasília. O NCDH apresentou reflexões sobre os desafios para o cumprimento das reparações de saúde determinadas no caso Honorato e outros (Caso Castelinho), em fase de supervisão de sentença. O encontro contou com a presença da Juíza Nancy Hernández López, presidenta da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Secretária Adjunta da Corte, Gabriela Pacheco Arias, e a Ministra Macaé Evaristo, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. .



08/10/2025 e 09/10/2025 - Oficina com comunidades quilombolas do Vale do Ribeira sobre: “O Acesso ao Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos e Escuta sobre Criminalização das Comunidades pela Legislação Ambiental.

Em conjunto com o NUPIR e a EACONE, o NCDH participou de oficinas realizadas com comunidades quilombolas, caiçaras e indígenas do Vale do Ribeira. Nessa oportunidade, foram discutidos os mecanismos de acesso ao Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos, bem como os processos de criminalização dos modos de vida tradicionais dessas comunidades pela legislação ambiental. Os encontros promoveram espaços de formação, escuta e diálogo, permitindo que lideranças comunitárias compartilhassem suas experiências e desafios diante de práticas estatais e normas ambientais que impactam seus modos de vida tradicionais. As oficinas fortaleceram a compreensão sobre mecanismos internacionais de denúncia, proteção e incidência. Por fim, foi uma oportunidade da Defensoria Pública se aproximar dos territórios.



POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

20/10/2025 - Atendimento à população em situação de rua o Núcleo de Convivência Pinheiros

No dia 10 de outubro de 2025, o NCDH participou do atendimento itinerante à população em situação de rua no Núcleo de Convivência Pinheiros, em São Paulo/SP, que atende diariamente cerca de 200 pessoas. Foram atendidas 34 demandas, 80% delas de natureza cível; dentre essas, 76% diziam respeito à regularização de documentos pessoais.

20/10/2025 e 22/10/2025 - Participação no curso "Fofó - Formação de Formadores Pop Rua" Da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

A ENFAM, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), promoveu de 20 a 22 de outubro de 2025 a Formação de Formadores (FOFO) do Pop Rua Jud. O encontro reuniu magistrados, profissionais do Judiciário, membros da Defensoria Pública como a defensora Fernanda Balera, sociedade civil e pessoas com experiência direta de vida nas ruas, com o objetivo de capacitar multiplicadores na política judiciária de atenção a pessoas em situação de rua. Durante os três dias, os participantes envolveram-se em aulas teóricas, dinâmicas e simulações, incluindo audiência de custódia fictícia, para aprofundar a compreensão sobre vulnerabilidades, empatia e acesso a direitos fundamentais.



14/11/2025 - Atendimento à população em situação de rua no Núcleo de Convivência São Martinho de Lima, na zona leste de São Paulo

No dia 14/11/2025, o NCDH realizou atendimento itinerante no Núcleo de Convivência São Martinho de Lima, na Zona Leste de São Paulo, em parceria com o Atendimento Especializado à População em situação de rua da Capital. Foram atendidas 57 demandas, em maioria de natureza cível (70%) e relacionadas à regularização de documentos pessoais.



POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

12/12/2025 - Atendimento itinerante - CTA 6 - Brigadeiro Galvão



No dia 12/12/2025, pela manhã, o NCDH realizou atendimento itinerante ao Centro Temporário de Acolhimento (CTA) Brigadeiro Galvão, localizado na região da Barra Funda. Foram realizados 35 (trinta e cinco) atendimentos, bem como visita ao local, com o intuito de verificar as condições do equipamento.

22/12/2025 - Judiciário concede liminar para suspender o fechamento de equipamentos da rede socioassistencial no Município de São Paulo

No dia 19/12/2025, foi proferida decisão que concedeu tutela de urgência nos autos da Ação Civil Pública nº 1153325-42.2025.8.26.0053, em trâmite perante a 14ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo, ajuizada pela DPE-SP, por meio do NCDH, em face da Municipalidade de São Paulo, para suspender o encerramento de equipamentos da rede socioassistencial destinados à população em situação de rua e a pessoas migrantes.

A ação foi proposta diante do iminente fechamento de serviços de acolhimento, como Hotéis Sociais e Centros de Acolhida, sem a apresentação de plano técnico de reordenamento, realocação individualizada dos usuários ou ampliação da capacidade da rede, em contexto de crescimento expressivo da população em situação de rua, com impacto direto sobre grupos em situação de hipervulnerabilidade, como idosos, famílias com crianças, pessoas com deficiência e imigrantes. Ao apreciar o pedido, o Juízo reconheceu a insuficiência das informações prestadas pelo Município, o risco de retrocesso social e a necessidade de observância da Política Nacional para a População em Situação de Rua, da Resolução CNJ nº 425/2021 e do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 976.

Diante disso, foi determinado que o Município de São Paulo se abstenha de encerrar equipamentos, rescindir contratos de gestão ou reduzir vagas, assegure a continuidade dos atendimentos, garanta a participação e a informação dos usuários em eventual processo de realocação e apresente plano detalhado de reestruturação e estudo técnico que fundamente as medidas pretendidas, sob pena de multa diária. A decisão é especialmente relevante para a atuação do NCDH no âmbito dos direitos sociais, por reafirmar a vedação ao retrocesso social, a dignidade da pessoa humana e a participação dos usuários na formulação e execução das políticas públicas de assistência social.

AMBULANTES

08/10/2025 - Reunião Ouvidoria nacional de Direitos Humanos, NEHAURB, NUPIR e NCDH, para tratar da pauta dos ambulantes.



No dia 08 de outubro de 2025, no período da manhã, ocorreu uma reunião entre representantes da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (MNDHC), da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública, do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH), do Núcleo Especializado de Promoção da Igualdade Racial e de Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais (NUPIR) e do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo (NHABURB), assim como do Defensor Rafael Negreiros, do Observatório das Comunidades, com o objetivo de apresentar o relatório dos atendimentos realizados in loco pela Defensoria Pública e tratar dos principais desafios para garantir os direitos dos trabalhadores ambulantes na cidade de São Paulo.

08/10/2025 - Reunião na ABRASP com lideranças de trabalhadores ambulantes

No dia 8 de outubro de 2025, no período da tarde, as Defensoras Gabriela Galetti Pimenta e Amanda Pilon Barsoumian, do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH), juntamente com representantes da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública, da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, compareceram à ABRASP para uma reunião com lideranças de trabalhadores ambulantes, com o objetivo de compreender o cenário de violação de direitos.

09/10/2025 - Visita in loco ao Brás com ambulantes e Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

No dia 9 de outubro de 2025, o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH), e conjunto com o Núcleo Especializado de Promoção da Igualdade Racial e de Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais (NUPIR), o Centro Gaspar Garcia e a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública acompanharam a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos em uma visita à região do Brás, com o objetivo de verificar in loco como está sendo realizado o policiamento, tanto pela Guarda Civil quanto pela Polícia Militar, no âmbito da Operação Delegada. Durante a visita, foi possível observar as condições de trabalho dos ambulantes, ouvir queixas sobre a regularização da atividade e acompanhou também apreensão de mercadorias.



EVENTOS E REUNIÕES

25/10/2025 - Atendimento a mulheres migrantes no Centro de SP

Em 25/10/2025, o NCDH, em parceria com a Defensoria Pública da União, realizou atendimento itinerante na Casa do Povo, centro cultural comunitário localizado no Bom Retiro. A ação foi voltada a mulheres migrantes da América Latina. O NCDH prestou atendimento a cerca de 20 pessoas, que apresentaram demandas relacionadas às áreas de saúde e família.



11/11/25 - Evento de temática pessoas migrantes e em situação de refúgio



No dia 11 de novembro de 2025, a Defensora Pública Amanda Pilon Barsoumian, do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos, participou do evento Ação Global pelo Direito de Migrar, iniciativa promovida pela Migration Scholars Mobilize Network, uma rede internacional criada em resposta ao crescente fechamento de fronteiras, à criminalização de pessoas migrantes e refugiadas e às ameaças direcionadas a pesquisadoras e pesquisadores que atuam com temas migratórios.

A ação denuncia processos de desumanização que atingem estudantes, trabalhadoras e trabalhadores migrantes e pessoas em situação de refúgio, que enfrentam hostilidade, vigilância, racismo, violência, deportações e restrições ao direito de circulação. A rede mobiliza ações de apoio público às pessoas migrantes e refugiadas diante desses ataques, além de fortalecer a solidariedade entre pesquisadoras e pesquisadores que vêm sendo ameaçados por defenderem a liberdade de migrar e o direito à mobilidade humana.

Nesse contexto, a participação da Defensoria Pública reforça a centralidade da instituição na defesa dos direitos fundamentais, reafirmando seu compromisso com a promoção dos direitos humanos, a proteção das populações vulnerabilizadas e a articulação entre pesquisa, extensão, ensino e cultura em solidariedade ativa às pessoas migrantes e em situação de refúgio. A iniciativa também evidencia a importância de ações coletivas e interinstitucionais na construção de políticas públicas inclusivas e orientadas pela dignidade humana.

EVENTOS E REUNIÕES

13/11/2025 Visita in loco aos programas de segurança alimentar e refeitórios públicos da Cidade de Campinas

No dia 13/11/2025, a Defensora Amanda Pilon Barsoumian do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos participou de visita in loco, em conjunto com a Defensora Angela de Lima Pieroni Detoni da Unidade de Campinas

A convite da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, a Defensoria Pública e o Ministério Público realizaram visitas a três equipamentos da rede de segurança alimentar do Município de Campinas: o Serviço de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante (SAMIM), a Casa da Cidadania de Campinas e o Bom Prato Campinas. Essas visitas integram a atuação conjunta entre o NCDH, a Unidade Campinas e o MPSP, que, desde 2022 vêm questionando a proibição imposta pelo Município à entrega voluntária de alimentos à população em situação de rua, bem como buscando a construção de uma política de cozinhas comunitárias que ofereçam alimentação adequada, com qualidade nutricional e garantindo a continuidade do serviço público.

As informações levantadas durante a inspeção subsidiarão medidas institucionais em curso, permitindo o aprofundamento do diagnóstico sobre as condições de funcionamento dos equipamentos visitados, a identificação de eventuais violências ou violações de direitos e o fortalecimento de estratégias interinstitucionais voltadas à ampliação do acesso à alimentação de qualidade. A iniciativa reafirma o compromisso da Defensoria Pública com o enfrentamento à fome, a proteção das populações vulnerabilizadas e a promoção de políticas públicas que assegurem dignidade e inclusão social.

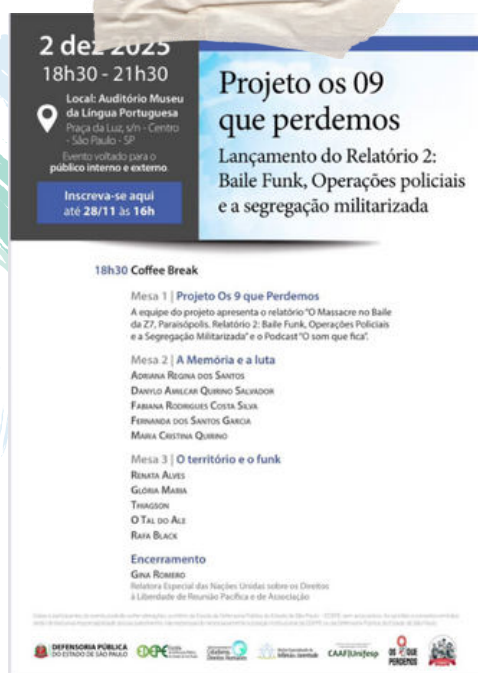


EVENTOS E REUNIÕES

02/12/2025 - O NCDH participa de evento do Projeto “Os 09 que Perdemos” para lançamento do relatório sobre atuação policial em bailes funk na capital.

No dia 02/12/2025, o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH), representado pela Defensora Fernanda Balera, participou do lançamento do relatório “Baile Funk, Operações Policiais e a Segregação Militarizada”, no Museu da Língua Portuguesa, na capital. A pesquisa, fruto de parceria entre a Defensoria, Movimento de Familiares das Vítimas do Massacre em Paraisópolis e Centro de Arqueologia e Arquitetura Forense da Unifesp. O relatório integra as iniciativas de Projeto Os 9 Que Perdemos que pode ser acessado no seguinte link: <https://os9queperdemos.com.br/>

Compareceram representantes da EDEPE e do Núcleo Especializado da Infância e Juventude (NEIJ), além da Relatora Especial das Nações Unidas sobre os Direitos à Liberdade de Reunião Pacífica e de Associação.



2 de dez 2025
18h30 - 21h30

Local: Auditório Museu da Língua Portuguesa
Praça da Luz, s/n - Centro - São Paulo - SP

Evento voltado para o público interno e externo.

Inscreva-se aqui até 28/11 às 16h

Projeto os 09 que perdemos

Lançamento do Relatório 2: Baile Funk, Operações policiais e a segregação militarizada

18h30 Coffee Break

Mesa 1 | Projeto Os 9 que Perdemos
A equipe do projeto apresenta o relatório "O Massacre no Baile da Z7, Paraisópolis, Relatório 2: Baile Funk, Operações Policiais e a Segregação Militarizada" e o Podcast "O som que fica".

Mesa 2 | A Memória e a luta
ADRIANA REGINA DOS SANTOS
DANIEL AMARAL QUEIROZ SAUNDON
FABIANA RODRIGUES COSTA SILVA
FERNANDA DOS SANTOS GARCIA
MARIA CRISTINA QUEIROZ

Mesa 3 | O território e o funk
RENATA AYES
GILIANA MARIA
THAYSSON
O TAL DO ALÉ
RAFA BLACK

Encerramento
GINA ROMERO
Relatora Especial das Nações Unidas sobre os Direitos à Liberdade de Reunião Pacífica e de Associação

Logos: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, DPPE, Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos, EDEPE, CAAP/Unifesp, OS 9 QUE PERDEMOS.



EVENTOS E REUNIÕES

03/12/2025 - Evento: Reconhecimento Facial e Impactos nos Territórios.

No dia 3 de dezembro de 2025, das 14h às 18h, o NCDH em parceria com a Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (EDEPE) realizou o evento “Reconhecimento Facial e Impactos nos Territórios”, reunindo público interno e externo para um debate qualificado sobre os efeitos do uso de tecnologias de reconhecimento facial à luz dos direitos humano e das desigualdades estruturais presentes nos territórios.

O encontro contou com a participação de Gina Romero, Relatora Especial das Nações Unidas sobre os Direitos à Liberdade de Reunião Pacífica e de Associação, que trouxe uma perspectiva internacional acerca dos riscos do uso indiscriminado de tecnologias de vigilância, especialmente quanto à restrição de liberdades civis e ao potencial de aprofundamento de práticas discriminatórias. Também participaram como expositoras e expositores Tomás Griffa, advogado da área de Litígio e Defesa Legal do CELS e professor de Direito da Universidade de Buenos Aires (UBA); Pablo Nunes, pesquisador do CESEC; Dandara Rudson, assessora de projetos da Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas; e Raquel da Cruz Lima, representante da organização Artigo 19.

O debate foi enriquecido pelas contribuições de Camila Marques, Ouvidora-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, na condição de debatedora, e contou com a mediação de Fernanda Penteado Balera, Defensora Pública e integrante do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH), garantindo a condução plural e crítica das discussões.

O evento foi realizado no GS1 Brasil, localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 328, bairro de Pinheiros, São Paulo/SP, e proporcionou um espaço de reflexão aprofundada sobre os impactos do reconhecimento facial nos territórios, com especial atenção aos efeitos sobre populações historicamente vulnerabilizadas, à seletividade penal e ao racismo estrutural.

A iniciativa reafirmou o compromisso institucional da Defensoria Pública do Estado de São Paulo com a promoção e a defesa dos direitos humanos, evidenciando a necessidade de controle democrático, transparência e responsabilização no uso de tecnologias de vigilância, de modo a evitar violações de direitos fundamentais. Como ficou claro ao longo do debate, é urgente pensar a regulamentação do uso dessas tecnologias, a fim de evitar a perpetuação de práticas segregadoras e de redução do espaço cívico.





EVENTOS E REUNIÕES

10/12/2025 - II SEMINÁRIO DIREITOS HUMANOS E SAÚDE / Atenção Psicossocial de Pessoas em Situação de Rua: DESAFIOS INTERSETORIAIS



O II Seminário Direitos Humanos e Saúde – Atenção Psicossocial de Pessoas em Situação de Rua: Desafios Intersectoriais foi realizado no dia 10 de dezembro de 2025, das 8h30 às 17h30, de forma presencial e online, na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), reafirmando o compromisso do Núcleo Especializado de Direitos Humanos e Cidadania da Defensoria Pública do Estado de São Paulo com a promoção de políticas públicas baseadas na dignidade humana, na intersectorialidade e na efetivação de direitos.

A Mesa 1 – Garantia de Direitos e Intersectorialidade reuniu representantes da academia, do poder público e de coletivos sociais, promovendo um debate qualificado sobre a necessidade de integração entre saúde, justiça, assistência social e políticas urbanas. A mesa, que contou com a participação da Defensora Pública Fernanda Balera, evidenciou que a fragmentação institucional compromete a continuidade do cuidado e reforça ciclos de exclusão, exigindo estratégias intersectoriais permanentes e comprometidas com os direitos humanos.

O evento foi encerrado com a mesa de Sínteses e Caminhos para Avançar, que sistematizou os principais pontos discutidos ao longo do dia e apontou a necessidade de fortalecimento das redes intersectoriais, da participação social e da incidência institucional para a garantia dos direitos da população em situação de rua.

REDE APOIA

02/12/2025 - PMs da Rota que mataram jovem negro e impediram socorro vão a júri popular



PMs da Rota que mataram jovem negro e impediram socorro vão a júri popular

Os policiais da Rota Richard Wellington Vetere e Filipi Rufino de Andrade respondem pelo assassinato de Luiz Fernando Alves de Jesus, 20.

Porte Jornalismo | Dec 2, 2025

Sandra de Jesus, é mãe de Luiz Fernando e hoje pesquisadora social da violência de Estado, é acompanhada pela Política do Rede Apoia desde a morte de seu filho. Em dezembro de 2025, o juiz da vara do júri do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo decidiu que os policiais militares Richard W. Vetere e Filipi R. de Andrade irão a júri popular pelo homicídio qualificado de Luiz Fernando Alves de Jesus, de 20 anos. As imagens das câmeras corporais contradisseram a versão dos PMs, que alegaram legítima defesa durante a repressão a um suposto assalto. Os vídeos mostram que Luiz Fernando foi baleado enquanto corria de costas. Os policiais militares deixaram, ainda, de ofertar o socorro necessário ao jovem.

PARA LER

O artigo “A população em situação de rua chega ao Supremo Tribunal Federal: o caminho por direitos e reconhecimento a partir de uma audiência pública – a ADPF 976”, de autoria de Taniele Rui, da Unicamp, analisa a audiência pública realizada no Supremo Tribunal Federal, em novembro de 2022, no âmbito da ADPF 976. A ação foi proposta pela Rede Sustentabilidade, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), com o objetivo de requerer que a Corte determinasse aos entes federativos a adoção de providências relativas às condições de vida da população em situação de rua no Brasil.

O texto descreve a audiência pública e a compreende como resultado de um processo mais amplo de luta por direitos, no qual a população em situação de rua se consolida como agente de interlocução política. A análise destaca a formulação de demandas dirigidas aos governos e a relevância da articulação nacional de políticas públicas sobre o tema, com vistas ao enfrentamento da invisibilidade jurídica e civil historicamente imposta a esse segmento social.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Sn9sXN4y4DZWzgL7Wqq6XFx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 18 dez. 2025.

PARA OUVIR

Massacre do Paraisópolis: O que fica depois da violência?

Há mais de cinco anos da morte de nove jovens em um baile funk, a história ainda ressoa.

Assista ao Podcast “O Som Que Fica – novo podcast do projeto Os 9 que perdemos (CAAF/Unifesp) e do Movimento de Familiares das Vítimas do Massacre de Paraisópolis.

OEEpisódio 1 - O dia do baile

Disponível no Spotify: https://open.spotify.com/episode/6C0BNSHzYmxuu5Yj43GiJg?si=IYl0HEsfSLiw_M2C2BjLgw

YouTube: <https://youtu.be/nW6lQIjcxIM>

Episódio 2 - Tirando um Lazer

Disponível no Spotify: <https://open.spotify.com/episode/7xasFLj0yZKaevFYENY06T?si=4402e9b48d494600>

E no YouTube: <https://youtu.be/efWyNbecY3g>

Episódio 3: Os Territórios:

Disponível no Spotify: <https://open.spotify.com/episode/3T2qwBtD3FarfJIOU678nG?si=aSkVtf9dS4aDcAHZpRQXgg>

E no YouTube: <https://youtu.be/KI-8hsGmX4c?si=aTAPmBhEwfsqWvMZ>

Episódio 4: As operações.

Disponível no YouTube <https://youtu.be/pj6wrCAqU9M?si=fMUEI2Ja1K3aDBkz>

Spotify <https://open.spotify.com/episode/5SKl6D4aXOEGyAAIXaaLEz?si=HUCtd7qXQjayIM4o4tvOIQ>

Episódio 5: O Luto e a Luta

Disponível no Spotify <https://open.spotify.com/episode/7AjxQeRkttUJH3K30WvXkd?si=031d4fd812844748> E

YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=Ju_e1JRRVky

PARA VER

O vídeo “Seminário: Violência Estatal no Contexto da Segurança Pública” é uma atividade promovida pela Defensoria Pública do Estado do Amapá e está disponível em transmissão pública na plataforma YouTube. O material tem como tema central a violência estatal no contexto da segurança pública. A indicação do vídeo se insere no acompanhamento de conteúdos institucionais voltados à discussão de direitos humanos e à atuação do Estado na área da segurança pública, sendo relevante para o monitoramento e a difusão de debates relacionados ao tema.

Disponível em: <https://www.youtube.com/live/LVVaBEYO4T4>
Acesso em 18 dez. 2025.



PARA VISITAR

Exposições - **FUNK: Um grito de ousadia e liberdade.**
Período: 15/11/2025 a 30/08/2026.



Saiba mais acessando:
<https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/memoria/exposicoes-temporarias/funk-um-grito-de-ousadia-e-liberdade/>

Exposição: **Gordon Parks - A América sou eu** - de 04/10/2025 a 01/03/2026, IMS Paulista: Avenida Paulista, 2424, São Paulo/SP - Brasil. Entrada gratuita. Terça a domingo e feriados das 10h às 20h (fechado às segundas).

Exposição no IMS: <https://ims.com.br/exposicao/gordon-parks-a-america-sou-eu/>



Exposição: “**Memória e Verdade: 33 anos do massacre no Carandiru, a partir de acervos documentais**”, produzida pelo Núcleo Memórias Carandiru

Exposição: de 17/01 a 17/02/2026

Entrada gratuita

R. Doutor Avelino Chaves, 138 - Vila Hamburguesa/SP



EQUIPE DO NÚCLEO

Coordenação

Fernanda Penteado Balera
Surrailly Fernandes Youssef
Cecilia Nascimento Ferreira
Gabriela Galetti Pimenta
Andrea Castilho Nami Haddad Barreto

Equipe Administrativa

Rafael Alves de Moura - oficial
Tatiane Medeiros Cruz - oficial

Defensoras/es Integrantes

Alessandra Regina Januário Cintra
Amanda Pilon Barsoumian
Angelo de Camargo Dalben
Antonio José Maffezoli Leite
Davi Quintanilha Failde de Azevedo
Fernanda Dutra Pinchiaro
Genival Torres Dantas Junior
Luciano Dal Sasso Masson
Massiminiano Fernandes Biliu
Marcelo Dayrell Vivas
Mario Thiago Moreira
Paulo Fernando Esteves de Alvarenga II
Paula Albernaz Rodrigues da Cruz
Rafael Lessa Vieira de Sá
Rafael Valle Vernaschi
Raul Carvalho Nin Ferreira
Renato Campos Pinto De Vitto
Thalita Verônica Gonçalves
Vitor Ortiz Amando de Barros
Yanko Oliveira Carvalho Bruno

Centro de Atendimento Multidisciplinar

Iara Mouradian Pedo - psicóloga
Wilherson Carlos Luiz - sociólogo

Estagiárias/os de Direito

Bianca Gusmão Rocha de Oliveira
Luana Colli Galiás Vargas
Daniela Lima de Jesus

Estagiárias de Pós-Graduação

Isabela Rangel Fraga Burgo
Raquel Moreira dos Santos
Níria Machado de Sousa

COMISSÃO DO BOLETIM

Bianca Gusmão Rocha de Oliveira
Daniela Lima de Jesus
Isabela Rangel Fraga Burgo
Luana Colli Galiás Vargas
Raquel Moreira dos Santos
Níria Machado de Sousa